

A DEFESA DA VIDA PELA APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO: RESISTÊNCIA DO CAMPESINATO À EXPLORAÇÃO MINERAL CAPITALISTA NO SEMIÁRIDO PIAUIENSE

Antonio Eusébio Souza

Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente,
SP, Brasil

E-mail: sousa.eusebio1@gmail.com

Marcelo Dornelis Carvalho

Faculdade de Ciências, Tecnologia e Educação, Universidade Estadual Paulista, Ourinhos,
SP, Brasil

E-mail: marcelo.carvalho@unesp.br

Resumo

A defesa da vida pela apropriação do território tem se constituído através de diversas formas de luta e resistência das comunidades camponesas ao longo da história. Isso ocorre, principalmente, quando os territórios são disputados por propostas de uso diferentes daquelas já desenvolvidas pelos sujeitos que cultivam e habitam nesses locais. Diante disso, este trabalho tem como objeto de estudo a resistência territorial camponesa como elemento central para a defesa do modo de vida e do território. Para compreender esse contexto, esta pesquisa se fundamenta na análise de documentos públicos, na realização de entrevistas orais, no registro da realidade observada e em estudos bibliográficos sobre as questões aqui examinadas. Com base nisso, os resultados da pesquisa revelam que o semiárido piauiense tem passado por um longo processo de exclusão social. Em meio a essa realidade, as comunidades camponesas têm resistido às propostas de desenvolvimento apresentadas pelo governo e executada pela iniciativa privada, principalmente aquelas centradas em projetos de extração mineral e, apontam as tecnologias desenvolvidas por meio dos projetos de convivência com o semiárido como as melhores opções de desenvolvimento para as comunidades locais.

Palavras-chave: conflito territorial; resistência camponesa; projeto mineral; semiárido.

THE DEFENSE OF LIFE THROUGH THE APPROPRIATION OF TERRITORY: PEASANTRY RESISTANCE TO CAPITALIST MINERAL EXPLORATION IN THE SEMIARID FROM PIAUÍ

Abstract

The defense of life through the appropriation of the territory has been constituted through different forms of struggle and resistance of peasant communities throughout history. This occurs, mainly, when the territories are disputed by proposals of use different from those already developed by the subjects who cultivate and live in these places. Therefore, this work has as object of study the peasant territorial resistance as a central element for the defense of the way of life and the territory. To understand this context, this research is based on the analysis of public documents, on conducting oral interviews, on recording the observed reality and on bibliographical studies on the issues examined here. Based on this, the research results reveal that the semiarid region of Piauí has been going through a long process of social exclusion. In the midst of this reality, peasant communities have resisted to the development proposals presented by the government and carried out by the private sector, especially those centered on mineral extraction projects, and they point to the technologies developed through projects of coexistence with the semiarid region as the best development options for local communities.

Keywords: territorial conflict; peasant resistance; mineral project; semiarid.

LA DEFENSA DE LA VIDA A TRAVÉS DE LA APROPIACIÓN DEL TERRITORIO: RESISTENCIA DEL CAMPESINADO A LA EXPLORACIÓN MINERA CAPITALISTA EN EL SEMIÁRIDO PIAUIENSE

Resumen

La defensa de la vida a través de la apropiación del territorio se ha constituido a través de diferentes formas de lucha y resistencia de las comunidades campesinas a lo largo de la historia. Esto ocurre, principalmente, cuando los territorios son disputados por propuestas de uso diferentes a las ya desarrolladas por los sujetos que cultivan y viven en estos lugares. Por tanto, este trabajo tiene como objeto de estudio la resistencia territorial campesina como elemento central para la defensa del modo de vida y del territorio. Para comprender este contexto, esta investigación se basa en el análisis de documentos públicos, en la realización de entrevistas orales, en el registro de la realidad observada y en estudios bibliográficos sobre los temas aquí examinados. Con base en eso, los resultados de la investigación revelan que la región semiárida de Piauí viene pasando por un largo proceso de exclusión social. En medio de esta realidad, las comunidades campesinas han resistido las propuestas de desarrollo presentadas por el gobierno y ejecutadas por el sector privado, especialmente las centradas en proyectos de extracción de minerales, y señalan las tecnologías desarrolladas a través de proyectos de convivencia con el semiárido como las mejores opciones de desarrollo para las comunidades locales.

Palabras clave: conflicto territorial; resistencia campesina; proyecto minero; Semi árido.

Introdução

Entender a luta e a resistência do campesinato atualmente a partir dos territórios que compõem as comunidades camponesas e quilombolas no semiárido do sudeste piauiense atingidas por pesquisas para instalação e desenvolvimento de projetos de mineração constitui-se como um elemento de estudos e investigação primordial na conjuntura contemporânea. Nesse processo, a relação entre o capital privado e o Estado se apropria dos territórios de vida. É a partir desse cenário que este estudo se desenvolve.

Em meio à realidade do campo, torna-se necessário, portanto, buscar elementos no passado para entender como os espaços de lutas foram construídos ao longo do tempo. Recentemente, muitos trabalhos acadêmicos como artigos, livros, revistas e outros têm oferecido contribuição valiosa no aspecto da resistência camponesa ao longo da história no âmbito nacional, bem como no estado do Piauí. Contudo, no tocante ao semiárido piauiense, são raras as publicações encontradas, salvo os registros não publicados e a memória coletiva dos camponeses transmitida oralmente.

Assim, este trabalho, resultado da tese de doutorado em Geografia do Programa de Pós-graduação em Geografia da FCT/UNESP de Presidente prudente, tem como objeto de estudo a resistência territorial do campesinato como elemento central na defesa da vida pela apropriação do território frente aos projetos de mineração. Nesse contexto, esta pesquisa busca mostrar as contradições do Estado através do modelo de desenvolvimento proposto

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 46, v. 3, p. 127-152, mai-ago/2024.

ISSN: 2176-5774

em uma relação com o capital privado, gerando conflitos e, por consequência, violência no campo. Oliveira (1994, p. 15) pontua que “os conflitos sociais no campo brasileiro não são exclusividade de nossos tempos. São, isto sim, uma das marcas do desenvolvimento e do processo de ocupação do campo no país”. Considerando-se essa perspectiva de Oliveira, torna-se evidente que mesmo tendo uma longa história de existência, estes conflitos têm se fortalecido e aumentado nos últimos anos devido à expansão intervencionista do capital no campo. Conforme observa Kautsky (1986), as tensões no campo promovem, entre outras consequências, a concentração da riqueza.

Como já indicado, o propósito desta pesquisa é tornar visível as lutas e a resistência camponesa ao longo da história, apresentando a realidade de forma mais sistematizada a partir do ano de 2013, período em que se intensificam os conflitos entre as comunidades camponesas e a empresa mineradora no semiárido piauiense. A mineradora, por sua vez, busca implantar a partir de pesquisas e concessão de lavra o Projeto Planalto Piauí (PPP), que tem a resistência camponesa como referência para a possibilidade de superar os problemas dos habitantes nativos. Os estudos aqui apresentados mostram que, sem organização, o protagonismo das famílias não teria ocorrido.

Neste trabalho está reunida uma memória organizada através de leituras de relatórios de arquivos da Comissão Pastoral da Terra (CPT) da Diocese de Picos, recortes de notícias e diálogo com os sujeitos que compõem essa história de luta e resistência, como os membros de pastorais sociais, do Movimento de Educação de Base (MEB) e camponeses que residem nas comunidades. Os habitantes das comunidades recuperam e atualizam leituras de fatos e histórias de formas de organização dos povos do campo no Brasil e na região nos séculos XIX e XX, como também as ações atuais do século XXI. São apresentadas ainda algumas obras de resistência e defesa do território, que variam dos clássicos às obras mais recentes. Com este material, buscamos oferecer um panorama das lutas da atualidade, incluindo-se a criação e a diversidade não apenas das formas de resistência camponesas, mas também dos sujeitos e de suas organizações, sobretudo, no final dos anos 1970, 1980 e nos últimos dez anos.

Na perspectiva teórico-metodológica, buscando-se verificar a configuração dos fenômenos em investigação, utilizou-se a pesquisa qualitativa. Segundo Minayo (2016, p. 20), esse tipo de pesquisa “responde a questões muito particulares, ela se ocupa, dentro das ciências sociais, com o universo dos significados, dos motivos, das atitudes”. Conforme afirma Magno (2017, p. 10), a pesquisa-ação é assim denominada tanto por ser “[...] uma ação militante engajada, quanto pelo fato de ser também uma investigação exercida em um

contexto de militância por alguém envolvido nos/com os processos pesquisados”. Utilizamos o diálogo e as narrativas por meio de conversa informal, reuniões e vivência. Guiamo-nos ainda por questões norteadoras para auxiliar na construção da interpretação da realidade e dos fatos investigados.

Este estudo reflete sobre a identidade dos participantes da pesquisa com base em observações e relatos orais coletados durante experiência direta com as comunidades. Os relatos contestam a implantação de atividades de mineração nos territórios, partindo inicialmente de uma memória das lutas nos anos 1990, envolvendo as comunidades quilombolas Sumidouro e Tapuio, no município de Queimada Nova, Piauí, situado a 559 km ao sul da capital Teresina.

Inclui-se ainda um trabalho mais sistematizado das lutas e da resistência realizado a partir do ano de 2013 nas comunidades camponesas Baixio dos Belos, Lagoa do Ovo, Manga Velha e Palestina, além da Comunidade Quilombola Caititu, no município de Curral Novo do Piauí, localizado a 484 km ao sul de Teresina. Há ainda a comunidade Riacho no município de Simões, Piauí, a 451 km ao sul de Teresina; e a comunidade Caldeirãozinho no município de Paulistana, Piauí. Também foram realizados estudos em documentos oficiais, em busca de dados estatísticos sobre a área do projeto de mineração e o número de famílias impactadas direta e indiretamente. Observamos quem são os sujeitos envolvidos, as atividades a serem desenvolvidas e as características e formas de organização das comunidades, buscando conhecer e aprofundar um conhecimento substancial da realidade investigada.

Buscando ampliar os horizontes possíveis para análise das formas de luta e resistência, não pudemos nos limitar a uma única classe interpretativa. O trabalho, portanto, deu-se por meio de pesquisas empíricas junto aos sujeitos ou seus familiares que contribuíram para a construção dessa história. Isso favoreceu a realização de um estudo em Geografia que se preocupa com os diversos elementos que construíram o espaço pesquisado. Além disso, as buscas nos relatórios não publicados e os diversos autores que estudam a temática aqui abordada também fundamentam esta pesquisa.

Os camponeses entrevistados são identificados com nomes fictícios para preservar a identidade de cada participante. Utilizou – se nomes que simbolizam as árvores do semiárido que são resistentes à seca e ao ataque de predadores. Associamos estas características das árvores simbolicamente às formas de sobrevivência do camponês no semiárido e à resistência contra os projetos de mineração. A dinâmica de sobrevivência e resistência do homem e da mulher no campo se assemelha à própria vegetação da caatinga. Na seca, as folhas secam e

caem. No período chuvoso, as plantas brotam e florescem rapidamente. Assim também se comporta o camponês que se adapta às condições naturais e sociais que configuram seu modo de vida, seja em momentos de calma ou de luta. A resistência surge como forma de combate às ameaças que tentam usurpar a estabilidade de vida do homem no campo. E isso ocorre e persiste até quando o problema é resolvido.

Esta pesquisa retrata o esforço de desvelar a história silenciada dos camponeses brasileiros, ou seja, as lutas daqueles sujeitos que não foram mostradas ou reconhecidas pela sociedade, principalmente em regiões que sempre foram vistas como atraso para a nação ou, até mesmo, ignoradas em sua existência e que hoje são alvo do interesse do capital, sob a justificativa de implantar o desenvolvimento na região.

Diante do quadro dramático dessa realidade, a ênfase deste trabalho está na visibilidade das ações desenvolvidas pelas comunidades camponesas voltadas para a questão do fortalecimento do potencial existente, das práticas de convivência, da resistência e do enfrentamento às problemáticas que colocam em risco sua existência, nas quais a vida humana seja o centro.

Organizou – se este estudo em quatro cessões: A primeira cessão contextualiza a questão agrária no Brasil e os conflitos socioterritoriais, mostrando o território como espaço de vida sendo transformado em espaço do capital e as diversas formas de luta e resistência camponesa. A segunda cessão toma como ponto de partida a aliança entre capital e Estado na construção dos conflitos socioterritoriais no semiárido piauiense. A terceira, por seu turno, expõe os projetos de mineração no semiárido piauiense a partir da relação entre capital e Estado. Por fim, a quarta e última revela a resistência territorial camponesa como garantia de direito à vida, apontando a reprodução da vida nas comunidades camponesas a partir da lógica e das tecnologias de convivência com o semiárido.

A questão agrária no Brasil e os conflitos socioterritoriais

O campo brasileiro tem passado por diversas transformações ao longo da história, dando origem a vários conflitos socioterritoriais relacionados às formas de uso e ocupação dos territórios camponeses por diferentes grupos externos. Esta primeira cessão se organiza em quatro partes para retratar a questão agrária no Brasil e os conflitos socioterritoriais.

O estudo inicia a partir de uma visão do território como espaço de vida, ou seja, onde os sujeitos utilizavam de forma coletiva, conforme suas necessidades e, que depois sofre a

interferência do capital. Como elemento principal para reflexão, consideramos as concessões de terra ao longo da história e o surgimento da Lei de Terras nº 601, de 18 de setembro de 1850 (BRASIL, 1850), seguidos pela discussão sobre a reforma agrária e a propriedade da terra no Brasil com foco no desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. É nesse contexto que o estudo mostra que o capital sempre esteve presente durante a história agrária desde a chegada dos portugueses no século XV. Sempre alterando a forma como esse capital se apropria, conforme o contexto. A partir daí surgem os conflitos pela garantia dos direitos socioterritoriais. Diante disso, percebe-se que as diversas formas de luta e resistência camponesa no Brasil se iniciam quando a terra deixa de ser bem comum e passa a ser propriedade privada. Por conseguinte, surgem as lutas e as resistências em defesa dos territórios.

Thompson (1998) acentua que se torna cada vez mais evidente o enfrentamento entre economia de mercado e economia moral, baseadas nos costumes. Por um lado, a economia neoliberal baseia-se no lucro. Por outro, a defesa dos territórios de vida fundamenta-se na *cultura popular tradicional* e no complexo conjunto de costumes, hábitos, práticas saberes e usos que constituem o modo de vida em que vivem os sujeitos.

O século XX foi palco de muitas lutas pela terra e dois processos têm atuado no sentido de soldar o movimento dos camponeses no Brasil, como observa Oliveira (1994). Os movimentos atuam em duas linhas: a luta pela terra e a luta pela permanência na terra e na defesa de seus territórios. Na tentativa de permanência na condição de camponês autônomo perante a expropriação — representada pelas empresas do capital que chegam e impõem um modelo próprio, desrespeitando o campesinato e seus modos de vida —, intensifica-se a luta dos camponeses pequenos proprietários e das comunidades camponesas e quilombolas contra a expropriação completa imposta pelo capital no campo.

Fernandes e Girardi (2009) argumentam que “o Estado e o capital utilizam-se da violência para tentar controlar o conflito”. Dentre os diferentes e vários espaços de resistência, destacamos no século XIX a Guerra de Canudos (1896-1897), a Guerra do Contestado (1912-1916), as Cidades Santas do Contestado e a Balaiada (1838-1841). Nos séculos XX e XXI, destacamos as Ligas Camponesas e um conjunto de espaços de luta e resistência que ocorreram no campo.

As ações de repressão sempre buscaram silenciar quem ousa desafiar o poder. Além disso, destacamos que a história oficial sempre tentou não registrar esses fatos e, no caso do sertão, o silêncio destas lutas é ainda maior. Sobre a Balaiada, uma das principais lutas do período da independência ocorrida no Piauí e, com maior destaque, no Maranhão, Dias

(2008, p. 202) compreende que a “[...] historiografia brasileira precisa tomar conhecimento do alcance e dos significados de um movimento como a Balaiada, ainda bastante desconhecido pela história do Brasil, que, em geral, ignora ou apenas menciona o Piauí”. De acordo com Dias, observa-se que quanto mais distantes estão as regiões dos espaços *civilizados*, mais são esquecidas.

Quando nos referimos ao semiárido, percebemos que as lutas e até mesmo suas potencialidades não foram estudadas nem registradas ao longo da história. Os poucos registros existentes nem sempre expressam a realidade. Há que se considerar os registros mais recentes, nos quais diversos pesquisadores têm objetivado tornar públicas tais realidades, especialmente as histórias de luta e resistência, as potencialidades e as ações de convivência com o semiárido.

As experiências de lutas e resistência camponesas aqui apresentadas e narradas contemplam o universo que constitui o campesinato brasileiro, os tipos de lutas, as mediações políticas, as práticas produtivas e culturais dos camponeses. Iniciamos com aspectos mais gerais e seguimos com aspectos específicos do semiárido que caracterizam a região sudeste piauiense.

O campo brasileiro, sobretudo as regiões consideradas como vulneráveis, foram alvo de disputa e intervenção externa sob alegação de serem regiões habitadas por povos sem instrução e que necessitam dessas forças para proporcionar seu desenvolvimento. Entretanto, o que sempre existiu foi o interesse em explorar as riquezas ali existentes. O processo de intervenção externa no semiárido piauiense tornou-se mais intenso nos anos 1980 e se constituiu em fortes conflitos nos anos 2000. Conforme as empresas foram se instalando, os movimentos de conflitos e disputas foram sendo intensificados, sendo a extração de minérios uma das atividades mais disputadas.

A partir do registro da vivência por meio dos trabalhos de campo, percebe-se que, ao longo do tempo, além de conviverem com problemas de ordem natural, as pessoas das comunidades observadas convivem com a politicagem e o coronelismo. Nos últimos anos, estes habitantes nativos estão sendo ameaçados de serem expropriados de suas terras. Todavia, eles continuam resistindo em seus territórios e reproduzindo seus modos de vida.

Em suma, o campo brasileiro passou por diversos processos de transformação relacionados às formas de uso e ocupação da terra, o que deu origem a vários conflitos e se transformou em espaços de luta e resistência das comunidades camponesas e quilombolas. Na região Nordeste, por ser o espaço de ocupação portuguesa mais antigo, os

territórios camponeses convivem com múltiplos conflitos que se intensificam com a interferência do capital, numa aliança com o Estado.

Aliança capital e Estado na construção dos conflitos socioterritoriais no semiárido piauiense

Debatemos no item anterior a questão agrária no Brasil e os conflitos socioterritoriais, incluindo-se as diversas formas de luta e resistência. Esses conflitos desencadeados pela intervenção do capital no território dos camponeses surgiram e variaram em diferentes contextos históricos. No período de 2000 a 2020, percebe-se que os conflitos no semiárido piauiense se intensificaram por causa da aliança entre capital e Estado. Esse pacto visa a implantação de grandes projetos econômicos em territórios camponeses. Para entender sobre essa questão, este item discorre sobre a aliança entre capital e Estado como circunstância causadora dos conflitos socioterritoriais no semiárido piauiense.

O semiárido compreende um conjunto de unidades geoambientais que são caracterizadas por diferentes tipos de vegetação com predomínio do bioma caatinga. No decorrer dos últimos anos, este espaço brasileiro tem sido considerado por governantes e parte dos habitantes de outras regiões como uma *região problemática*, principalmente em virtude das secas. Por essa e outras razões, essa região tem sido histórica e socialmente marcada por contradições e injustiças sociais. Essa região foi vista, produzida e inventada em condições de exclusão social associada à questão das secas prolongadas e de outros problemas relacionados a fatores naturais. Acrescenta-se a isso sua construção histórica que foi desenvolvida com base na exclusão e no clientelismo, formando uma estrutura social bastante desigual. Contudo, Malvezzi (2007) defende que o semiárido não está associado somente à seca, como se percebe a seguir:

O Semiárido não é apenas seca, pobreza e miséria, existe nesse mesmo espaço uma diversidade étnico-cultural dos povos do Semiárido, construída por uma diversidade de valores que compõem as diferentes paisagens, revelando nelas suas territorialidades conforme a própria trama diversa que marca esse território, em suas chapadas, vales e planaltos, serras, dunas e brejos. Além de sua cultura, que é marcada por seus costumes e valores. (MALVEZZI, 2007, p. 79)

Devido à forma como o semiárido tem sido visto e propagado pelo conjunto da sociedade, surge à propaganda por parte do Estado da necessidade da intervenção de empresas do capital para exploração das riquezas da região do semiárido, gerando conflitos e disputas territoriais.

Para a efetivação dos projetos, o Estado brasileiro criou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado no início de 2007. O programa foi desenvolvido como incentivo às grandes obras do capital com ações e metas para um amplo conjunto de investimentos em infraestrutura. Tais ações buscam oferecer infraestrutura aos grandes empreendimentos privados. Nesse caso, estas ações ocasionam graves consequências às comunidades locais. Alves (2014) aponta que o PAC se organiza com base nos seguintes eixos estruturantes:

Investimento em infraestrutura em transporte, energia, saneamento, habitação e recursos hídricos, por meio dos eixos em logística (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias), energia (geração e transmissão de energia elétrica, petróleo e gás natural, além de combustíveis renováveis), infraestrutura social e urbana (saneamento, habitação, transporte urbano, Luz para Todos e recursos hídricos). (ALVES, J., 2014, p. 157)

Do ponto de vista do crescimento econômico, consideramos positivas as ações do Estado brasileiro em relação às ações do PAC. Os resultados foram mais eficientes no âmbito de investimentos do capital privado, com benefício direto as empresas do capital principalmente no início da instalação do programa. Os benefícios à parte da população local, existem apenas na fase inicial, destacam-se a geração de empregos e a movimentação da economia local a partir do comércio, da hotelaria, da prestação de serviços e de restaurantes. Estes fatores dividem a opinião pública local que passa a acreditar, inclusive, na permanência contínua destes benefícios. Entretanto, tendo por base os três projetos citados neste estudo: Ferrovia Transnordestina, a transposição do Rio São Francisco e a mineração, ressalta-se que os benefícios divulgados pelas empresas e, até mesmo, pelo Estado, em grande maioria, mantêm-se apenas nos primeiros anos de implantação. Isso ocorre especialmente no âmbito dos postos de trabalho, principal argumento das empresas do capital para sua realização. O que marcam as fases posteriores destes empreendimentos são os problemas para a população local e o meio ambiente.

A investigação dos empreendimentos tem como escopo a análise dos impactos que os projetos causam, sobretudo, nas comunidades camponesas e quilombolas que são ameaçadas de serem expropriadas. É dessa realidade que surge a defesa do território e da vida. No início da construção das grandes obras e dos projetos do capital, os impactos ambientais, culturais e sociais que as propostas podem causar não são reconhecidos. Afinal, os empreendedores não tratam destes aspectos com os nativos das áreas afetadas. O tratamento dado é limitado apenas à indenização fundiária, que nem sempre considera todas as perdas no processo de avaliação.

Malvezzi (2007) pontua que a proposta do PISF não é recente. O projeto possui suas bases ainda no Império. Foi nessa época que, para combater a fome e a sede no Nordeste, Dom Pedro propôs vender as joias da Coroa. Sendo várias vezes adiadas, as pautas de combate à seca retornaram com o governo Lula. E, nesta trajetória, seguem os diversos projetos destinados a resolver os problemas do semiárido, principalmente relacionados à seca. Contudo, sempre distantes de um diálogo com a sociedade, estes projetos não eliminam completamente os problemas que, na pior das hipóteses, acabam sendo intensificados ainda mais. De acordo com Nobre (2017), a ideia da transposição foi retomada no período republicano, que data a partir de 1889. A cada seca os dramas da sociedade se repetiam.

No caso do projeto da Transnordestina, que vivenciamos junto à comunidade Caldeirãozinho em Paulistana, PI, durante o processo de construção da obra eram incluídos nas indenizações os benefícios e as terras, sem considerar os elementos naturais, sociais, culturais e econômicos. No entanto, os cálculos apresentados pela empresa, conforme relato de moradores locais, nem sempre representavam os valores reais, o que culminou em grandes conflitos com as famílias.

Na parte que trata dos projetos de mineração no semiárido, com ênfase no projeto de mineração Planalto Piauí, fizemos uma análise dos antecedentes de pesquisas publicados. Assim, selecionamos, inicialmente, quatro municípios do semiárido no Estado da Bahia (Andorinha, Caetité, Campo Formoso e Jacobina). Estes municípios estavam em processo de mineração bastante avançado. Nessa fase, comparamos o crescimento econômico dos municípios baianos selecionados com base no crescimento nacional, a posição econômica no estado da Bahia e no Brasil. Essa estratégia foi utilizada com o objetivo de compreender se o desenvolvimento social vem sendo compatível com o econômico, bem como os impactos positivos e negativos dos projetos em pleno desenvolvimento.

Diante dos dados apresentados, verificamos que o crescimento social não acompanha o crescimento econômico. Os municípios de Caetité e Jacobina mesmo com grandes exportações de minérios, apresentam IDHM médio e os municípios de Andorinha e Campo Formoso IDHM baixo, esse último ocupa a posição 4.495º. entre os 5.565 municípios brasileiros, ficando entre os municípios mais pobres do país. Este estudo nos permite compreender a inviabilidade da implantação dos mesmos projetos em municípios que estão em fase de pesquisa, com destaque para o semiárido piauiense.

De forma geral, não é possível discorrer acerca dos grandes projetos na região do semiárido sem entender o contexto histórico, político e social marcado pelo coronelismo e pela concentração das terras e das águas. Diante disso, é importante relembrar os principais

órgãos que foram criados para desenvolver políticas relacionadas à seca e ao desenvolvimento do Nordeste, como o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). As frentes de emergência e as grandes obras de *combate à seca* geraram, historicamente, a chamada *indústria da seca*. Isso continua ocorrendo até os dias atuais mudando apenas a forma de atuação.

No semiárido piauiense o desenvolvimento do capital é desigual e contraditório. Vários projetos em todo o território têm se tornado públicos pelo Estado e estudados por empresas. Entre os três projetos mais divulgados nas últimas duas décadas, destacamos que o projeto SRN – Mineração, Piauí Níquel e Planalto Piauí, base de nosso estudo, possui inviabilidade para o desenvolvimento da área e da vida da população local.

Em meio ao exposto, infere – se que os conflitos no semiárido estão associados as formas como os projetos se instalam na região, e, as relação estabelecidas entre Capital e Estado ao passo que facilita a instalação dos empreendimentos, proporcionam conflitos e, dados do IBGE apontam que mesmo considerando a existência de crescimento econômicos, não tem proporcionado desenvolvimento social.

Os projetos de mineração como modelo de produção territorial do espaço no semiárido piauiense

No item anterior, discutimos algumas questões relacionadas aos conflitos socioterritoriais no semiárido piauiense evidenciados pela aliança entre capital e Estado. Isso mostra que o estado oferece atratividade para viabilizar a implantação de grandes projetos do capital a partir da construção de obras de infraestrutura e construção estratégica em diálogo com as autoridades locais. Neste item, discutimos os projetos de mineração e como eles afetam os modelos de produção espaço-territorial no semiárido piauiense. O debate se inicia a partir do mapeamento do potencial mineral do Piauí desenvolvido pelo Estado e da projeção dos investimentos para possível exploração, destacando com ênfase o Projeto Planalto Piauí, cujo representante legal é a empresa Brasil Mineral S.A. (Bemisa). Conforme estudo apontado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) em 2013, sendo atualmente a Agência Nacional de Mineração (ANM), o local possui a maior jazida de ferro do Piauí. O referido estudo mostra a possível configuração territorial do semiárido piauiense a partir de sua execução.

Os dados de pesquisa da Fundação CEPRO realizada através do convênio com o Ministério do Meio Ambiente no ano de 2004, revelam que existem muitas pesquisas

geológicas para conhecimento do potencial de riquezas minerais no estado. Todavia, esses estudos não fornecem ainda uma verdadeira dimensão acerca do potencial da mão de obra utilizada no setor. O diagnóstico apresenta o potencial mineral já desenvolvido e em desenvolvimento. Em síntese, a pesquisa apresenta os dados do setor mineral no Piauí ao longo de vários anos. As propostas para a realização dos projetos são para as próximas décadas. O diagnóstico apresenta ainda o potencial mineral do estado dividido em três provinciais minerais a saber: Bacia Sedimentar do Parnaíba, Bacia Sedimentar do Araripe e Embasamento cristalino.

Para ampliar os conhecimentos e associar o diagnóstico realizado com a realidade atual, examinamos os dados disponíveis no site da Agência Nacional de Mineração (ANM), na plataforma digital da revista *Minérios & Minerais* e do portal de notícias do governo do Piauí. Em meio a realidade apresentada, a relação capital e Estado e o incentivo a chegada de projetos de mineração incluem a construção do diagnóstico do potencial mineral; obras de infraestrutura, incentivos fiscais e agilidade e flexibilização de licenciamentos por meio dos órgãos ambientais.

Diferentemente dos antigos procedimentos adotados pelo extinto DNPM, que costumavam ser bastante demorados por necessitar de análise minuciosa para a seleção do melhor projeto de pesquisa ou lavra, a ANM propõe uma estratégia mais rápida e objetiva, utilizando quatro etapas básicas, a saber: publicação de disponibilidade de áreas da ANM por meio de editais, oferta pública, leilão eletrônico e homologação do resultado (BRASIL, 2020).

A flexibilização das leis e os procedimentos para a extração mineral apresentam grandes preocupações não somente para as populações atingidas diretamente, mas para a sociedade em geral. Como exemplo, temos os casos de rompimento de barragens no estado de Minas Gerais, nos quais, no ato de licenciamento, havia leis mais rigorosas que permitiam, pelo menos, prevenir os desastres. No entanto, com a flexibilização proporcionada durante o governo Bolsonaro, mantendo em vigência atualmente, os desastres tendem a aumentar.

Para os casos específicos do Piauí, a preocupação com a flexibilização das leis está basicamente associada a três aspectos: primeiro, aos interesses do próprio Estado, que desconsideram os riscos para as famílias; segundo, à pouca visibilidade nacional dos locais onde estão sendo implantados os projetos; e, por último, à queda nos preços do minério de ferro.

Em síntese, o que fica evidente é que a mineração no Piauí existe há décadas e não tem apresentado resultados positivos para os municípios mineradores. Levantamento de dados do PNUD – 2010 de quatro municípios do semiárido piauiense que a mais de três

décadas desenvolveram projetos de mineração mostra que esses municípios não apresentam crescimento social. Dos 224 municípios piauiense, Pio IX ocupa a 117ª posição IDHM baixo, junto com Gilbués – 166º e Queimada Nova – 207ª também IDHM baixo este último ficando entre os vinte municípios mais pobres do estado.

Durante esse processo, identificamos três períodos distintos, que provocaram graves consequências para a população e seus territórios no semiárido piauiense. O primeiro período que temos conhecimento, por meio de um conjunto de leituras e pesquisas realizadas, data dos anos 1980, com alguns projetos minerários localizados, constituídos por grupos e ações em diferentes locais, com destaque, dentre outros, para os municípios de Capitão Gervásio Oliveira (níquel), Pio IX (mármore) e Queimada Nova (vermiculita). O segundo período iniciou-se a partir do ano de 2003 e se constituiu no mapeamento de todo potencial mineral do Piauí. O terceiro período é delimitado pela pesquisa para instalação de grandes projetos, com destaque, neste estudo, para o Projeto Planalto Piauí.

Antes, os projetos de mineração eram implantados em locais centralizados, não se constituindo em macroproyetos. Mesmo assim, as ações provocaram fortes impactos socioambientais. Nos últimos 20 anos, o Estado tem incentivado a expansão desses projetos, incluindo-se atividades de grande porte, como o Projeto Planalto Piauí, para a extração de minério de ferro a ser implantado nos municípios de: Paulistana, Simões e Curral Novo do Piauí, concentrando as maiores ações e impactos no último município, que têm culminado conflitos e insegurança para a maioria da população local.

As comunidades camponesas Baixo dos Belos, Lagoa do Ovo, Manga Velha, Palestina no município de Curral Novo do Piauí e Riacho (parcialmente em Curral Novo do Piauí e em Simões) e a comunidade quilombola Caititu no município de Curral Novo do Piauí estão sendo impactadas pelas pesquisas para a implantação do projeto de mineração Planalto Piauí, nas citadas comunidades e nas localizadas em torno, concentram o maior número de pesquisa.

Trata-se de comunidades camponesas com costumes próprios em seus territórios. Estes costumes constituem patrimônios culturais e ancestrais. As Figura 1, 2, 3 e 4, citada a seguir, nas comunidades Manga Velha e Palestina, local de maior número de ponto de sondagem para extração de minério, mostra parte dos elementos naturais, culturais e ancestrais acima mencionados. À medida que os minerais começarem a ser extraídos, toda essa paisagem será modificada. Todos os sedimentos serão transferidos para áreas mais baixas, como se observa a seguir.

Figura 1 - Ponto de sondagem comunidade Manga Velha (Curral Novo do Piauí, PI)



Fotografia capturada em Manga Velha durante trabalho de campo em janeiro de 2020.

Figura 2 – Paisagem natural Manga Manga Velha (Curral Novo do Piauí, PI)



Fotografia capturada em Manga Velha durante trabalho de campo em janeiro de 2020.

Figura 3 — Morro da Cruz na comunidade Manga Velha (Curral Novo do Piauí, PI).



Fotografia reproduzida do portal DP15 em agosto de 2014

Figura 4 – Cemitério dos caboclos na Manga Palestina (Curral Novo do Piauí, PI)



Fotografia capturada em Manga Velha durante trabalho de campo em janeiro de 2020

A partir dos pontos de sondagem já realizados e do grande potencial mineral existente e identificado, evidencia-se a desconfiguração drástica da paisagem, incluindo-se a alteração nos modos de vida e nas paisagens das comunidades atingidas, atração de trabalhadores de outras regiões, provocando inchaço populacional e, no futuro, grande massa de desempregados, contaminação dos mananciais existentes, poluição e graves consequências à saúde e expropriação de famílias.

O estudo apresenta ainda os impactos sentidos a longo prazo como: rompimento da barragem de rejeitos, podendo atingir outras famílias e territórios que nem foram identificadas como impactadas indiretamente. Exemplo concreto que mostra essa realidade é o caso do rompimento da barragem de rejeito de Brumadinho – MG, que chegou a atingir o estado de Espírito Santo. No caso do Projeto de Mineração Planalto Piauí, em eventual rompimento da barragem de rejeito, segue o curso de água que compõe a bacia do rio Parnaíba, no sentido Sul ao Norte que divide os Piauí e Maranhão seguindo no sentido oceano atlântico. Estudos de Milanez, e Wanderley (2020) comprovam que as barragens que se romperam possuíam atestado de estabilidade.

Partindo das contradições do projeto de mineração Planalto Piauí procuramos demonstrar a ineficácia de sua instalação. A configuração das regiões semiáridas, com base em projetos de mineração, possui quatro características realistas distintas, a saber:

- 1) a forma como o projeto chegou e buscou se apropriar do território;
- 2) a natureza do projeto que torna a proposta inviável porque demanda o consumo significativo de água numa área que possui sérios problemas hídricos;
- 3) os riscos que um projeto de mineração acarreta para o meio ambiente e a vida das pessoas no âmbito cultural, econômico, social e territorial com a expropriação de comunidades inteiras;
- 4) a existência de contradições no projeto, principalmente quanto à fundamentação da instalação em defesa da geração de emprego e renda, que apresentam números divergentes entre si por parte das empresas e dos defensores do projeto.

Em meio a esse contexto que o projeto de mineração representa para as famílias e o território de forma geral, entendemos que existem duas formas de evitar o impacto das mineradoras sobre as famílias e os territórios. A primeira seria o impedimento de sua instalação. Contudo, existem leis que, dependendo da interpretação do judiciário e havendo interesse da união, representado pelo Estado, impedem ou dificultam barrar os projetos. A segunda é discutir com a comunidade as diferentes alternativas para reduzir os danos que os projetos podem causar, mesmo quando não implantados totalmente. Afirmamos que a luta e resistência se torna a única forma de garantir que isso aconteça.

Resistência territorial camponesa como garantia de direito à vida.

Na seção anterior apresentamos o projeto de mineração como modelo de produção territorial espacial no semiárido piauiense, a partir do mapeamento de potencialidades

minerais realizado pelo governo do estado do Piauí. Dentre esses projetos nossa investigação partiu do projeto de mineração Planalto Piauí de responsabilidade da empresa BEMISA, onde mostramos que este projeto, provocará configurações territoriais no semiárido piauiense. Em meio a essa realidade, nessa seção mostramos a resistência territorial do campesinato como garantia de direito à vida, partindo do contexto histórico dos conflitos territoriais e das lutas e resistência das comunidades, incluindo as lutas das comunidades quilombolas e demais comunidades camponesas mostrando que é por meio da resistência que as famílias garantem a vida nos seus territórios.

Falar de resistência camponesa é buscar defini-la a partir da história concreta que, ao longo do processo, foi apagada, como afirma Claudete Dias (2008): “a memória histórica dos movimentos sociais do século XIX, sobretudo os de caráter popular, foi adulterada e praticamente apagada”. Por isso, parece oportuno construir a memória das diversas formas de lutas e resistência da região do semiárido do sudeste piauiense a partir dos registros de arquivos e relatórios da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e dos demais setores das Pastorais Sociais da Diocese de Picos, no Piauí. Embora sejam documentos não publicados, estes arquivos são considerados elementos fundamentais para o entendimento das histórias que foram silenciadas.

A compreensão das diversas formas de luta e resistência camponesa no Brasil e, particularmente, no Estado do Piauí, com destaque para a região do semiárido, passa pelo reconhecimento de um conjunto de lutas realizadas ao longo da história, pelo jeito próprio de atuar que fortalece as ações de resistência do momento. No entanto, muitas lutas ocorreram pela sobrevivência à seca, ao patriarcado e às diversas formas de submissão do camponês.

A luta no final da década de 1970, continuada nas décadas de 1980 e 1990, ocorreu como forma de enfrentamento ao coronelismo e à politicagem, sobretudo nos períodos das secas prolongadas, devido ao aumento da fome e das formas que eram usados os recursos públicos destinados às vítimas das secas. As lutas aconteciam por meio de saques, pela ampliação das vagas nas frentes de serviços e através do combate cruel como ocorriam as relações com os camponeses.

A resistência territorial do campesinato tem sido utilizada como maneira de garantir o direito à vida. O estudo evidencia também que estas lutas mantêm sempre uma relação com a cultura, o modo de vida e a religiosidade da região, tendo como recorte temporal o final dos anos 1970 e início dos anos 1980, além do jeito próprio de se organizarem. Nesse período, surgem as CEBs. Em seguida, aparece a CPT e, posteriormente, o Movimento dos

Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Nas últimas décadas, surgem o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e a organização das comunidades quilombolas.

O contexto de luta e resistência aos projetos de mineração na atualidade resulta de diversos elementos da conjuntura atual que mantém também uma relação com a história de resistência a projetos de mineração no Piauí em décadas passadas. Podemos citar como exemplo o município de Queimada Nova, nos anos 1990, e as lutas de resistência territorial desenvolvidas historicamente pelas comunidades camponesas na região semiárida do sudeste piauiense.

Embora casos de conflitos envolvendo os empreendimentos minerários e as comunidades camponesas no semiárido piauiense ocorram desde os anos 1980, foi somente em 2013 que as contestações envolvendo os sujeitos impactados, os movimentos sociais, a igreja e os pesquisadores se sistematizaram com maior visibilidade pela sociedade de forma geral.

Ampliando o debate sobre a luta e a resistência das comunidades camponesas do semiárido, concluímos que é pela luta que as comunidades garantem a melhoria das condições de vida e permanência em seus territórios. Podemos entender isso a partir de cinco fatores possíveis, a saber:

- 1) enfrentamento das práticas e políticas clientelistas por meio de luta e resistência, permitindo mudanças nessas práticas, mesmo que permaneçam em diferentes partes do semiárido, devido às raízes históricas;
- 2) laços de solidariedade que valorizam os saberes ancestrais através da medicina alternativa, aproveitando as potencialidades naturais locais, aplicando métodos construtivos e saberes adequados às populações rurais;
- 3) conquista de áreas e estabelecimento de assentamentos, garantindo terras e produção para consumo das famílias e do mercado local;
- 4) resistência às práticas do capital quanto à instalação de grandes projetos econômicos, com exemplos concretos de suspensão das ações para instalação do projeto de mineração Planalto Piauí, embora ainda indefinida seu retorno ou não.
- 5) apresentação de alternativas de convivência com o semiárido através do uso de tecnologias adequadas para a região com resultados positivos dos projetos.

O estudo do tema em curso nos conduz à necessidade urgente de intensificar o desenvolvimento de um trabalho voltado para a questão da organização e resistência, tendo como foco a sustentabilidade territorial, por meio de tecnologias de convivência com o semiárido.

A população do semiárido já utiliza diversas formas de convivência com os fatores naturais do espaço onde habitam. Entretanto, diante da realidade social e histórica enfrentada pelo povo do semiárido, associado às formas de ocupação e ao conjunto de configuração que essa porção do território vem sofrendo a partir da segunda metade do século XX e, de forma mais intensa, nestas duas primeiras décadas do século XXI, as organizações sociais, a partir de estudos e do diálogo com acadêmicos e membros das comunidades, têm somado aos habitantes do semiárido o desenvolvimento de um conjunto de experiências de convivência com as características geográficas da região. A convivência com o semiárido surge como uma alternativa de solução para os problemas sociais e naturais enfrentados pela população local. Além disso, essas iniciativas se tornam medidas que combatem o modelo de desenvolvimento imposto pelo capital. Os modos de convivência surgem como alternativa contrária à ideologia de *combate à seca* a partir de uma lógica específica de construir, trabalhar e viver no semiárido. Nesse sentido, Dantas (2021, p. 216) argumenta que “a convivência com o semiárido se constitui enquanto um modo de vida que se expressa em relações sociais justas entre os sujeitos e em adaptação e respeito à natureza”.

Nesse sentido, buscando conhecer as experiências concretas desenvolvidas pelas ONGs que formam a ASA no semiárido no Piauí, realizamos uma entrevista com João Evangelista (Joãozinho), agente da Cáritas Regional Piauí, entidade que compõe a coordenação da ASA no estado. A entrevista conduzida pelo autor deste estudo foi concedida no dia 9 de janeiro de 2022, na sede da Cáritas Regional Piauí, no Bairro São João, em Teresina, PI.

Segundo Evangelista, os projetos de convivência com o semiárido começaram com a ação de ONGs e, posteriormente, com o governo brasileiro. As iniciativas pontuais da ASA, que começaram com um projeto, foram quase inteiramente apoiadas por financiamento internacional. Ainda em 2001, o projeto contou também com apoio governamental, vinculado a dois órgãos: o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e a Agência Nacional de Águas (ANA). Como forma de gerenciamento dos projetos, a ASA, junto com as organizações do semiárido que a compõem, criou a Associação do Programa 1 Milhão de Cisternas (AP1MC).

As iniciativas de convivência incluíram a mobilização e a forma como as cisternas foram construídas, desde a recepção do projeto até o momento formativo com a família e a construção. A maior parte foi construída com placas de cimento pelos pedreiros da comunidade, gerando renda para a família e região. As diferentes alternativas apresentadas

por Evangelista, tendo por base os projetos realizados pela ASA no Piauí, demonstram a possibilidade de se implantar as cisternas em todas as áreas do semiárido.

O entrevistado aponta a existência de dez experiências de convivência com o semiárido e apresenta ainda a importância e como as estratégias podem ser executadas.

Quadro 1 — Estratégias e tecnologias de convivência com o semiárido piauiense

Semiárido Piauiense			
Nº	Estratégia	Tecnologia utilizada	Utilidade
01	Cisterna de 16 mil litros	Reservatórios cilíndricos montados perto da residência para armazenar a água da chuva que cai do telhado. A captura da água ocorre por meio de uma estrutura construída com calhas de zinco e canos de PVC. Esse tipo de cisterna pode ser construído com placas de cimento, anéis de concreto, tela e cimento.	Captação de água da chuva pelo telhado para o consumo humano (beber, cozinhar e atividades domésticas).
02	Cisterna de 52 mil litros (adaptada para a roça)	Reservatórios de água construídos com placas de cimento que ficam enterrados, permanecendo apenas a cobertura acima do terreno. Para captar a água, é preciso fazer canaletas de alvenaria no chão para conduzir a água da chuva para dentro da cisterna. Além disso, constrói-se um tanque, antes da cisterna, para a retenção da sujeira.	Serve para armazenar a água da chuva para ser utilizada em sistema de produção, principalmente em áreas no entorno da casa, como os quintais produtivos. A água serve para irrigar o cultivo de hortaliças, fruteiras e plantas medicinais, como também para o consumo de pequenos animais.
03	Cisterna de 52 mil litros (com calçadão)	É uma tecnologia que acumula água para a produção e para o consumo da família. É construída da mesma forma que a cisterna adaptada para a roça. A diferença é que a captação da água é feita através de um calçadão de cimento com tamanho de até 220 metros quadrados. A cisterna pode ser enchida com o acúmulo de água equivalente a 300 mm de chuva.	Serve para armazenar a água da chuva para ser utilizada em sistema de produção, principalmente em áreas no entorno da casa, como os quintais produtivos. A água serve para irrigar o cultivo de hortaliças, fruteiras e plantas medicinais, como também para o consumo de pequenos animais.
04	Barragem subterrânea	Construção em área de baixio e em leitos de riachos. É um barramento, normalmente de lona plástica, construído dentro do chão para segurar a água da chuva que escorre por baixo da terra.	A água armazenada dentro da terra abastece o poço e pode ser utilizada em pequenas irrigações, possibilitando que as famílias agricultoras produzam no semiárido durante o ano inteiro.
05	Barragem sucessiva	É uma parede construída com argamassa, concreto e pedra para ligar de um lado a outro as margens de rios e riachos a fim de represar	Segura a água no leito de rios, permitindo aumentar o nível da água nos poços escavados nos baixios próximos. Fortalece a

		a água que será utilizada durante o período seco do ano. A valeta para fazer a parede é escavada até chegar à parte impermeável do solo (firmamento, pedra ou rocha). A profundidade da parede é variável, dependendo do local onde será construída a barragem. A altura pode atingir até 5 metros.	perenização de rios temporários do semiárido brasileiro. Dessa forma, a barragem permite a produção de alimentos e a geração de renda para as famílias agricultoras que moram próximas. É uma tecnologia de grande eficiência para irrigar lavouras, pastagens e para o consumo de animais.
06	Barreiro com trincheira de lona	É um buraco com 44 metros de comprimento e 2 metros de largura de boca, 2 metros de profundidade e 1 metro de largura no fundo. Deve ser construído em terrenos planos e profundos (em terras de chapada, por exemplo), de preferência sem pedras, revestido por lona plástica.	A água represada pelo barreiro pode ser utilizada tanto para afazeres domésticos quanto para a irrigação em pequena escala e para o consumo de animais.
07	Barraginha	Conhecida também como barreiro, a barraginha é um açude pequeno construído em terrenos desgastados pela erosão provocada pela água. A barraginha é feita em forma de semicírculo ou rocha, com aproximadamente 16 metros de diâmetro, formando meio anel para prender a água.	A principal utilidade das barraginhas é segurar água das enxurradas e garantir a infiltração no solo rapidamente entre uma chuva e outra. O aumento do nível de água e umidade nos baixios permite segurança à agricultura. Além de aproveitar a água das chuvas, as barraginhas ajudam a conservar o solo e as nascentes e previnem a desertificação.
08	Caldeirão ou tanque de pedra	É uma tecnologia comum em áreas de serra ou onde existem lajedos, que funcionam como área de captação de água da chuva. São fendas largas, barrocas ou buracos naturais, normalmente de granito, que armazenam água da chuva. Para aumentar a capacidade, são erguidas paredes de alvenaria, na parte mais baixa ou ao redor, que servem como barreira para acumular a água.	Esse tipo de reserva de água da chuva garante o abastecimento das residências. Em geral, a água é utilizada nos afazeres domésticos e para o consumo dos animais.
09	Poços rasos	São poços escavados em terrenos de baixio ou de aluvião, devendo ser arenosos, com pouco barro e poucos seixos. A largura da boca do poço é de 40 centímetros e a profundidade pode chegar a 12 metros. No mesmo baixio, pode ser perfurado mais de um poço, onde podem ser instaladas bombas manuais, elétricas ou movidas a energia solar para bombear a água.	A água pode ser utilizada para abastecer caixas elevadas para a realização de sistemas de irrigação localizada, como em hortas, pomares e capineiras (área com capim de corte). A água do poço ainda pode ser utilizada para o consumo de animais.

10	Bomba Popular (BAP)	É um equipamento manual instalado em cima de poços tubulares inativos que podem ter profundidade de até 80 metros. A BAP funciona com a ajuda de uma grande roda volante que, quando girada, puxa uma quantidade considerável de água com pouco esforço físico	A bomba popular fornece água às comunidades para produzir alimentos, destinar ao consumo de animais e suprir as necessidades em geral.
----	---------------------	--	--

Quadro elaborado com base na entrevista de João Evangelista e em dados divulgados pela ASA em 2012.

Concluimos que por meio das ações do programa de convivência com o semiárido as famílias passam a utilizar as potencialidades existentes na região. Essas ações se refletem nos quatro pontos a seguir:

- 1) superação do principal ponto de dependência dos moradores nas áreas mais problemáticas com a falta de água por meio de tecnologia que capta a água da chuva para consumo humano;
- 2) água para produção das famílias através do uso de várias técnicas que abrangem desde as pequenas quantidades de água usadas em quintais produtivos até irrigação em pequena escala para garantir a produção para o consumo humano e o mercado local;
- 3) fortalecimento do cuidado com os recursos naturais e os saberes culturais;
- 4) fortalecimento das lutas de resistência.

Nesse sentido, procuramos entender como anda o atual projeto de convivência com o semiárido. O entrevistado relata que o projeto não transformou em políticas de Estado e, a partir de 2016, o número de contratos havia diminuído com a posse do então presidente Temer. E no governo Bolsonaro, todos os projetos foram suspensos. O que existe atualmente é uma série de iniciativas de projetos de entidades não governamentais. Há também a ação do Projeto Viva o Semiárido (PVSA), que é um convênio entre o governo do Piauí por meio de fundos internacionais. Para atingir resultados positivos, entendemos que essas práticas precisam ultrapassar os próprios projetos, exigindo as práticas participativas e a formação política.

Diante do exposto e da experiência deste espaço de pesquisa, muitas lições foram extraídas da dinâmica natural das regiões semiáridas, dos estilos de vida da população e da variedade de tecnologias apresentadas. Maciel e Pontes (2015, p. 56) nos ajudam a compreender que “o paradigma da convivência assenta-se entre dois olhares; as práticas no espaço de vida e as inovações tecnológicas socialmente apropriadas, que interconectam diferentes escalas”.

Por fim, a convivência possui muitos aspectos relevantes, como o manejo e uso sustentável dos recursos naturais, a viabilização de atividades econômicas adequadas à região, que fornece o sustento das populações locais por meio da produção e criação de animais adaptados à dinâmica do semiárido. Ademais, adoção de tecnologias adequadas proporciona qualidade de vida e desenvolvimento econômico da região. Outros aspectos relevantes referem-se à dimensão cultural por meio da valorização e reconstrução do conhecimento da população local e o fortalecimento da dimensão política por meio da mobilização da sociedade para que o Estado brasileiro traduza experiências e projetos governamentais em políticas de Estado. Diante disso, podemos concluir que as imagens do semiárido jamais serão as mesmas, ainda que as secas permaneçam, pois se trata de fenômenos naturais.

Considerações finais

A realização deste trabalho, considerando-se a investigação desenvolvida através do diálogo, da leitura, da observação, da pesquisa e da vivência, permitiu constatar que o semiárido do sudeste piauiense é um espaço complexo, constituído de potencialidades e limites que foram produzidos ao longo da história. Compreendemos também que essa complexidade é inerente a várias partes do semiárido brasileiro, especialmente naquelas áreas que historicamente passaram pelos mesmos processos de intervenção e/ou formação.

A imagem do semiárido foi construída a partir de uma série de discursos intelectuais da classe média e de pessoas influentes da sociedade da época, que viam e produziam essa parte do território brasileiro a partir de uma única perspectiva. Todavia, podemos destacar como exceção algumas publicações de Manoel Correia de Andrade, que apontam para uma visão mais ampla do semiárido. Entendemos que a parte que detém o poder econômico, institucional (estatal) e intelectual está interessada na reprodução de um único ponto de vista. Essa perspectiva criou uma imagem estereotipada de semiárido que ainda se reproduz na atualidade.

O espaço geográfico que constitui o semiárido, por ser misto, deve ser visto como algo que participa igualmente das condições físicas e sociais. Nesse sentido, a visão distorcida dessa parte do espaço não se limita aos aspectos físicos ou sociais, mas também à cultura e às lutas que se desenvolveram historicamente, principalmente as lutas camponesas.

O grau de resistência está relacionado à violência cometida por diferentes atores externos ao campo. O discurso do desenvolvimento provoca diferentes conflitos na medida em que os interesses do capital e do Estado colidem com a diversidade que constitui o campesinato não só pela diversidade do campesinato, mas também pela forma como o capital se apropria desses territórios.

Os problemas sociais vivenciados pelos camponeses decorrem da forma como o espaço é ocupado e, entre outras práticas, do coronelismo e da politicagem associados às estiagens prolongadas e às alianças entre capital e Estado. Essas ações transformaram o semiárido piauiense em problemas sociais e espaço de conflitos. O enfrentamento a essa realidade pressupõe que é através da resistência camponesa que se garante a defesa do território e da vida.

A preocupação em compreender a realidade investigada parte do pressuposto de que se trata de comunidades constituídas a partir de origens diversas. Nossa pesquisa revela que as culturas locais estão associadas à espiritualidade. São crenças religiosas católicas preservadas através de diferentes tradições. Isso não só constitui um modelo católico romano na celebração da fé, mas na cultura, na tradição e nos saberes ancestrais que sustentam o fortalecimento da luta e resistência. Por fim, os diversos segmentos das comunidades que compõem o semiárido nordestino vivenciaram o que Albuquerque Júnior (2011) considera como o catolicismo sertanejo do Nordeste, algo presente nas práticas dos sujeitos, o sagrado se funde com a natureza e os laços que eles constroem. Este estudo mostrou que a percepção do autor está presente no conjunto de comunidades camponesas atingidas pelo projeto de mineração Planalto Piauí, o que tem garantido a permanência dos moradores nos territórios.

Dessa forma, procuramos mostrar ao longo desse trabalho que os conflitos socioterritoriais envolvendo comunidades camponesas e capital constituem uma história secular tendo como pano de fundo a questão agrária, razão pela qual nossa argumentação busca primeiramente entender a questão agrária no Brasil e os conflitos socioterritoriais. Trata-se de territórios ocupados por diferentes sujeitos que passam a sofrer interferência externa. Esses conflitos foram causados pela aliança estabelecida entre o capital e o Estado, que começou com a chegada do capital português e continua até o presente. Dentre os projetos do capital, destacamos neste estudo o projeto de mineração. A análise estabelecida ao longo da pesquisa mostra que os projetos de mineração têm afetado a configuração dos territórios do semiárido piauiense, o modo de vida dos habitantes e a garantia de vida

nesses territórios. Desse modo, a manutenção das tradições e da vida no semiárido passa a depender da resistência territorial dos camponeses.

Conforme mostramos ao longo das discussões, a relação estabelecida entre o capital e o Estado é evidente em diferentes contextos históricos, principalmente com o surgimento do Estado para mediar o conflito de classes e manter o equilíbrio social. No entanto, notamos que o Estado atua apenas em defesa de uma única classe constituída pelos interesses do capital, fato que se tornou evidente nos conflitos entre as comunidades camponesas e a empresa Bemisa, responsável pela implantação do Projeto Planalto Piauí no semiárido sudeste piauiense. Nesse contexto, fortaleceram-se as ações das organizações sociais representadas por movimentos e entidades sociais do campo, com ênfase na CPT, no setor progressista da Igreja Católica, na Cáritas e nos grupos de advogados populares que se juntaram aos camponeses em defesa dos territórios.

Como debatemos ao longo deste trabalho, as ações de resistência das comunidades camponesas existem ao longo de séculos, enfrentando o poder de corporações, proprietários de terras e do próprio Estado. Todavia, essas lutas por terra ou garantia de territórios têm conseguido muitas conquistas. Os conflitos no semiárido do sudeste piauiense estão pautados não somente na dimensão da crença e da formação religiosa, mas também nos costumes e nas tradições, permitindo o surgimento e/ou fortalecimento de movimentos sociais e organizações que ampliam as conquistas.

Entendemos que a resistência não se constrói na luta de um determinado momento, mas existe no espírito de cada um formada por bases concretas. No caso da região sudeste do semiárido piauiense, a resistência ocorre por meio dos conhecimentos, das práticas culturais e da dimensão da fé religiosa.

Por fim, acreditamos que com a evolução e exigência de cada época, faz-se necessária a apresentação de alternativas de desenvolvimentos de tecnologias para a região, que devem partir das necessidades e do potencial existente. A região semiárida dispõe de grandes potencialidades e tem sido base de projetos que têm oferecido diferentes estratégias de convivência com o semiárido. Portanto, neste estudo, a forma materializada de desenvolvimento para o semiárido ocorre por meio de política e projetos de convivência com a região, utilizando diferentes tecnologias apropriadas a cada território.

Referencias

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALVES, José. *As revoltas dos trabalhadores em Jirau (RO): degradação do trabalho represada na produção de energia elétrica na Amazônia*. Orientador: Antonio Thomaz Júnior. 2014. 671 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, Presidente Prudente, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/116027>. Acesso em: 17 fev. 2023.

BRASIL MINERAL S/A – BEMISA. Implantação do Projeto Planalto Piauí. Empresa responsável pelo projeto Planalto Piauí. *Revista Minérios*, 2013. Disponível em: http://www.revistaminérios.com.br/Publicacoes/4254/Planalto_Piauí_comecara_a_ser_implantado_esse_ano.aspx. Acesso em: 4 jul. 2021.

BRASIL MINERAL S/A – BEMISA. *Projeto Planalto Piauí*. Bemisa, 2013. Disponível em: <http://www.bemisa.com.br/pt-br/nossosprojetos/planaltopiauí.aspx>. Acesso em: 1 out. 2013.

BRASIL. *Lei de Terras nº 601, de 18 de setembro de 1850*. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Rio de Janeiro, RJ, 1850. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim601.htm. Acesso em: 4 mar. 2023.

BRASIL. *Minuta de 19 de janeiro de 2020*. Estabelece novos procedimentos que entram em vigor para o direito de requerimento das áreas em disponibilidade para pesquisa ou lavra, regendo o Decreto nº 9.406/2018 e a Lei nº 13.575/2017. Brasília, DF: Bemisa, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br>. Acesso em: 3 mar. 2023.

CEPRO, Fundação. *Diagnóstico e diretrizes para o setor mineral do Estado do Piauí*. Teresina, PI: CEPRO, 2004.

DANTAS, José Carlos. *A geografia dos conflitos no semiárido brasileiro*. Orientador: Carlos Alberto Feliciano. 2021. 286 f. (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologias, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/215651>. Acesso em: 4 mar. 2023.

DIAS, Claudete Maria Miranda. Movimentos sociais no século XIX: resistência e luta dos Balaios. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (org.). *Formas de resistência camponesas: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*. São Paulo: Editora da UNESP, 2008. v. 1 (Concepção de justiça e resistência nos Brasis). p. 199-218.

FERNANDES, Bernardo; GIRARDI, Eduardo Paulo. Geografia da conflitualidade no campo brasileiro. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULINO, Maria Ignez (org.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquista*. São Paulo: UNESP, 2009. p. 339-365. v. 2 (A diversidade das formas das lutas no campo)

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MAGNO, Lucas. *Espacialidade e identidade política dos atingidos por mineração no Brasil: teorias, escalas e estratégias*. Orientadora: Leila C. Duarte Dias. 2017. 382 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

MALVEZZI, Roberto. *Semiárido: uma visão holística*. Brasília: Confea. 2007.

MILANEZ, Bruno; WANDERLEY, Luiz. O número de barragens sem estabilidade piorou “e daí? Uma avaliação da (não) fiscalização e da nova lei (in)segurança de barragens. Nordeste, espaço e tempo. *Versos - Textos para Discussão PoEMAS*, 4(4), p. 1-14. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MINÉRIOS & MINERALES. “*Bemisa inicia construção do projeto de minério de ferro Planalto Piauí*”. 2013. Disponível em: http://www.revistamineros.com.br/Publicacoes/4254/Planalto_Piaui_comecara_a_ser_implantado_esse_ano.aspx. Acesso em: 1 out. 2013.

NOBRE, Francisco Wlirian. *Os efeitos do cinturão das águas do Ceará - CAC no distrito de Baixio das Palmeiras, Crato - CE*. Orientador: Josier Ferreira da Silva. 2017. 203 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável, Universidade Federal do Cariri, Cariri, 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo. *Geografia das lutas no campo*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 1994. (Coleção Repensando a Geografia)

PONTES, Emilio Tarlis; MACIEL, Caio. *Seca e convivência com o Semiárido: adaptação ao meio e patrimonialização da caatinga no Nordeste brasileiro*. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

THOMPSON, Edward. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Recebido em: maio de 2023
Aceito em: outubro de 2024